

UMA QUESTÃO DE GÊNERO NA PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO ESTADO DO AMAZONAS.

A GENDER ISSUE ON GRADUATION PROGRAMS IN THE STATE OF AMAZONAS.

Monica Mota Tassigny¹(PQ), Sálvia de Souza Haddad²* (PG), Frederico Nicolau Cesarino³(PQ), Aline de Souza Ribeiro⁴ (PG).

1 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), e-mail: monica.tass@gmail.com

2 Mestranda em em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), e-mail: salvia@ssh.net.br

3 Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e-mail: fcesarino@hotmail.com

4 Mestranda em em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), e-mail: alinesouzaribeiro@hotmail.com

Resumo

Este estudo objetiva analisar a participação feminina em cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Direito no estado do Amazonas entre os anos de 2013 a 2018. Trata-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, de caráter exploratório, com abordagens qualitativa e quantitativa feita em duas universidades. Os resultados apontam significativa preponderância de ingresso dos homens em comparação com as mulheres. Há ainda estagnação das mulheres na ascensão da carreira se comparadas com a progressão profissional masculina, resultando na sub-representação das mulheres nas áreas de produção de conhecimento.

Palavras-chave: Ciência; participação feminina; mestrado; doutorado; Estado do Amazonas.

This study aims to analyze the female participation in graduate courses *stricto sensu* in Law in the State of Amazonas between the years of 2013 to 2018. This is a bibliographical, documentary and field research, exploratory in nature, with qualitative and quantitative approaches made in two universities. The results indicate a significant preponderance of men's admission compared to women. There is still stagnation of women in career advancement compared to male advancement, resulting in underrepresentation of women in the areas of knowledge production.

Key-words: Science. Female Participation. Master's Doctorate. State of Amazonas.

Introdução

A perspectiva desta pesquisa delinea um panorama geral da entrada da mulher no campo da ciência, bem como sua participação nos dias atuais no Estado do Amazonas. Parte-se da indagação: em que medida há diferença de gênero nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Amazonas? Tem como objetivo verificar a existência dessa diferença nos cursos de Direito entre os anos de 2013 a 2018.

A entrada feminina no campo de pesquisa apenas teve início no Século XX, fato que foi determinante para desigualdade de gênero que permeia o ambiente acadêmico até os dias atuais. Apesar dos avanços femininos num curto espaço de tempo é certo que o “androcentrismo” é ainda dominante na prática científica.

O estudo em foco faz-se relevante porque identifica aparato sobre os estudos produzidos tanto por pesquisadores quanto por instituições que tratam do tema, seja em contexto nacional ou regional, colacionando artigos científicos e bibliografia específicos.

Ao final, evidencia-se que a realidade amazonense não é outra senão a de uma significativa diferença de gênero na ciência que impede o feminino de ocupar o lugar de seu merecimento e honra na ciência brasileira. E encerra apontando alternativas que ampliem o acesso feminino ao mundo acadêmico e combatam a desigualdade de gênero como forma de propiciar o desenvolvimento de nosso País.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica, documental e de campo. De caráter descritivo, natureza teórico e empírico com abordagens qualitativa e quantitativa. Os dados foram levantados em duas Universidades do Amazonas a partir de visitas in loco e entrevista semiestruturada via email.

Resultados e Discussão

A ciência, com raras exceções, sempre foi um espaço masculino que não permitia a participação das mulheres, permanecendo essas restritas à esfera doméstica e privada da vida. O contexto sociocultural em que a mulher sempre esteve inserida, com papéis sociais bem definidos, vetou a possibilidade de sua aproximação do espaço público, aqui incluído o meio científico. Nos séculos XV e XVI restava à mulher o papel de mãe e esposa, apenas.

Esta predominância masculina tem suas bases em nossa tríplice herança greco-judaíca-cristã que foi decisiva para a construção do gênero feminino como o subalterno. Assim, não é difícil perceber que as mulheres entram nessa disputa com desvantagem considerável e não foi o simples acesso das mulheres à Academia que garantiu a elas a luta em igualdade de condições. Desde que iniciaram suas tentativas de ingressarem no meio científico, várias foram as formas de manifestação da dominação masculina que tiveram de ser enfrentadas.

Todo este processo social e cultural que julgava a ciência inadequada às mulheres retardou em muito seu ingresso nas universidades e contribuiu para as desigualdades por gênero encontradas no campo científico (BENTO; SANTOS; AURETTA, 1991).

O ingresso tardio das mulheres na seara acadêmica foi alicerçado ainda nas diferenças biológicas entre os gêneros, que definiram papéis sociais de forma estanque, cabendo às mulheres a educação e cuidados básicos dos filhos, e aos pais a responsabilidade de ser provedor de renda (BIZARRIA; TASSIGNY; FROTA, 2018).

E mesmo quando enfim, adentraram na Academia, contrariando o estereótipo já estabelecido, depararam-se com a rigidez dos papéis sociais (BOURDIER, 1999) e foram obrigadas a fazer a difícil escolha entre carreira e maternidade, já que a disponibilidade para estudos era, de certa forma, incompatível com a dedicação à casa e aos filhos.

Do panorama acima descrito sobressai claramente o peso da influência cultural na trajetória das mulheres na ciência. A avanço social causado pela emancipação feminina não redistribuiu as tarefas domésticas, impondo à mulher que escolheu a pesquisa, uma jornada de trabalho extenuante que inclui demandas acadêmicas, pessoais e familiares.

Diante de todo cenário acima delineado, em que há muitas demandas para pouco tempo, as mulheres findaram por escolher atividades profissionais subalternas que exigissem menos e permitissem a dedicação à família. Essa conjuntura propiciou o surgimento do que convencionou-se chamar de segregação horizontal e vertical.

A significativa entrada de mulheres na ciência trouxe à tona problemas como o direito à igualdade de acesso ao ensino superior, ao ingresso na carreira científica, assim como a participação em instâncias de decisão no desenvolvimento da ciência (CHASSOT, 2003).

No contexto brasileiro, as primeiras escolas de ensino superior foram erguidas pelos jesuítas na segunda metade do século XVI e eram voltadas para a formação cultural de homens brancos. As mulheres ficaram de fora do sistema escolar estabelecido no princípio da colônia. No século seguinte, o acesso à educação foi quase nulo para as mulheres, havendo poucos casos de educação em conventos. Neste século, há um aumento gradual do número de alunas na rede escolar pública, sendo uma menina para cada três meninos ao final do referido século (STAMATTO, 2002)

Também no Brasil a questão não pode ser encarada de modo dissociado do contexto sociocultural que trouxe o patriarcado como regra natural e passou a reproduzir as desigualdades de gênero no país. Tal análise revela quão profundamente estão enraizadas as ideias discriminatórias na cultura brasileira, perpassando as falas, músicas, filmes, educação, etc (SAFFIOTTI, 1987).

Trazendo a questão para o Norte do País, a Avaliação Quadrienal 2017 da Capes¹ aponta a existência de quatro programas na região, destacando o Norte como a região com maior número de Estados sem programas na área do Direito. Apenas dois Estados, dos sete, contam com programas em Direito. Em comparação com os demais Estados comprovou-se assimetrias significativas.

A despeito da análise não trazer dados específicos de gênero no acesso aos programas de pós-graduação da região Norte, podemos inferir que, se no geral, considerando homens e mulheres, há um acesso pífio aos programas, certo é que a participação das mulheres é ainda mais inexpressiva.

Ian Pimentel Gameiro e Gilberto Guimarães Filho (2017) analisam a rede de pós-graduação *stricto sensu* em Direito na região Norte do Brasil e afirmam que o Norte representa a menor rede no País: apenas dois Estados possuem cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Direito: Pará e Amazonas. Outro estudo que aborda a oferta de cursos de pós-graduação, e aqui mais especificamente na Amazônia, é o de Ronaldo de Oliveira Rodrigues, que afirma "As dificuldades enfrentadas para a consolidação de cursos de pós-graduação na Região Norte do Brasil são nítidas. A reduzida quantidade de cursos *stricto sensu* representa, em parte, os obstáculos existentes (...)" (RODRIGUES, 2014, p. 19).

¹ Dados encontrados em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8691-capes-divulga-resultado-final-da-avaliacao-quadrienal-2017>. Acesso 08 dez. 2018

Uma vez levantada as questões de pesquisa, escolhido o campo de estudo e definida a metodologia utilizada, a análise quantitativa feita com 219 estudantes, apontou para 122 homens, o que equivale a 67,7% do total, e 97 mulheres, equivalente a 32,2%, todos em mestrado e/ou doutorado no Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas e na Universidade Estadual do Amazonas (informação verbal).²

Os dados coletados reforçam a evidência da preponderância masculina no campo da ciência e comprovam que a participação feminina em ciência e tecnologia ainda sofre sérias restrições, seja pela conjuntura histórica, religiosa, social ou cultural (BORGES, 2014).

Conclusão

Considerando a questão de gênero quanto ao acesso à ciência destaca-se que, historicamente, às mulheres fora negada a participação na produção científica, permanecendo o espaço do conhecimento ao domínio masculino. Influências religiosas, aspectos socioculturais e biológicos, sedimentaram a ideia de que a mulher era afeita apenas às atividades domésticas.

Ainda assim, a partir do século XIX as mulheres buscaram seu espaço na Academia tentando desmistificar os rótulos a ela atribuídos e provando ao longo do tempo que ambos, homens e mulheres, possuem igual capacidade na produção do conhecimento e de colaboração na área de ciência e tecnologia. Após seu ingresso na Academia, constata-se que a extrema dificuldade em conciliar as exigências acadêmicas e a vida familiar exsurge como principal causa para o tardio ingresso das mulheres na ciência e para ascensão na carreira profissional feminina.

No Estado do Amazonas, constata-se que o fenômeno é similar e impediu que as mulheres disputassem de igual para igual o espaço acadêmico com os homens. Na região Norte, de um modo geral, há um acesso inexpressivo a programas de pós-graduação *stricto sensu*, menor ainda é o número de mulheres com acesso a eles. A análise dos dados aponta para uma diferença significativa entre a presença masculina e feminina nos bancos de pós-graduação *stricto sensu* nas duas universidades analisadas, de 2013 a 2018.

² Informações fornecidas pelas Secretarias de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Amazonas – UEA e do Centro Integrado de Ensino Superior Do Amazonas – CIESA em acesso ao sistema interno das instituições, em outubro e novembro de 2018.

As mudanças na estrutura familiar ainda não foram suficientes para levar os homens a dividirem com as mulheres a condução da vida doméstica. A despeito disso, as evidências aqui encontradas trazem luzes para o tema e procuram apontar soluções facilitadoras da transformação do cenário atual.

Referências

BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida; TASSIGNY, Mônica Mota; FROTA, Antônio Jackson Alcântara; MOURA, Heber José de; BEZERRA, Alex Bizarria. "Sucesso na carreira na perspectiva de universitários". *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, Canoas, v. 9, n.1, p. 2164-2189, 2018.

BORGES, Elinielle Pinto. *Gênero, ciência e contexto regional: analisando diferenças entre docentes da pós-graduação de duas universidades brasileiras*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CHASSOT, Attico. *A ciência é masculina? é sim senhora!* São Leopoldo: Unisinos, 2003.

GAMEIRO, Ian Pimentel. GUIMARÃES FILHO, Gilberto. "O mapa da pós-graduação em Direito no Brasil". *Revista Direito GV*, v. 13, n. 03, p. 891-920, 2017.

RODRIGUES, Ronaldo de Oliveira. "Pós-graduação na Amazônia: o desafio de formar (em) redes". *Revista Brasileira de Pós-Graduação RBPG*, Brasília, v. 11, n. 23. p. 19-45, 2014.

SAFFIOTI, I. B. Heleith. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, A. M. Nunes dos; BENTO, M. Amália C.; AURETTA, Christopher. *Mulheres na ciência: Lise Meitner, Maria Goeppert Mayer, Marie Curie*. Lisboa: Grádiva, 1991.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. "Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910)". In: Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação 2002: 1-11. Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>. Acesso em 29 nov. 2018